

CAROLINA GARRIDO PINTO

CRIMES SEXUAIS NA ERA DIGITAL

UMA PERSPETIVA JURÍDICO-PENAL

ÍNDICE

Nota Prévia	7
Siglas e Abreviaturas	9
INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I	
A EVOLUÇÃO TECNOLÓGICA COMO FONTE PARA UM NOVO TIPO DE CRIMINALIDADE.....	15
1. O advento do fenómeno	15
2. O ciberespaço como meio para a prática de atos ilícitos	18
3. O cibercrime e a criminalidade informática — aproximação aos conceito	22
4. Legislação penal nacional em contexto digital.....	25
CAPÍTULO II	
OS CRIMES SEXUAIS	27
1. A evolução do bem jurídico tutelado pelos crimes sexuais no ordenamento jurídico português	27
2. Algumas considerações acerca da liberdade e autodeterminação sexual	36
CAPÍTULO III	
O AMBIENTE DIGITAL COMO MEIO PARA A PRÁTICA DE CRIMES SEXUAIS	41
1. A coação sexual e a violação através de meios digitais.....	44
1.1. A resposta do ordenamento jurídico português.....	44
1.1.1. Breves notas acerca dos crimes de coação sexual e violação..... ..	44
1.1.2. O conceito de ato sexual de relevo	46
1.1.3. As modalidades de ação.....	49
1.1.4. O constrangimento da vítima e os meios típicos de constrangimento	50

1.1.5. Algumas hipóteses práticas da realização dos crimes de coação sexual e violação através de meios digitais.....	59
1.2. O tratamento do problema noutros ordenamentos jurídicos	62
1.2.1. O “estupro virtual” no Brasil	62
1.2.2. O “online rape” na Suécia.....	71
2. O lenocínio através de meios digitais.....	76
2.1. Breves notas acerca do crime de lenocínio	76
2.2. O lenocínio simples	79
2.3. O lenocínio qualificado	93
3. O abuso sexual de crianças através de meios digitais.....	96
3.1. Breves notas acerca do crime de abuso sexual de crianças.....	96
3.2. A indução de menor de 14 anos a praticar ato sexual de relevo	98
3.3. A importunação sexual de menor de 14 anos	100
3.4. A atuação, sobre menor de 14 anos, por meio de instrumentos pornográficos	107
3.5. O aliciamento de menor de 14 anos para assistir a abusos sexuais ou a atividades sexuais	117
4. A pornografia de menores através de meios digitais.....	118
4.1. Breves notas acerca do crime de pornografia de menores.....	118
4.2. A utilização de menor em materiais pornográficos e o aliciamento para esse fim — a relação direta com o menor.....	122
4.3. As outras condutas típicas — a relação indireta com o menor	125
5. O aliciamento de menores para fins sexuais através de Tecnologias de Informação e de Comunicação.....	143
5.1. Enquadramento da tipificação do crime e a sua razão de ser	143
5.2. O conceito de Tecnologias de Informação e de Comunicação	148
5.3. As várias definições do conceito de aliciamento.....	150
6. A prática de crimes sexuais no metaverso: realidade ou utopia?.....	156
CONCLUSÃO	171
Bibliografia e Webgrafia	175
Jurisprudência	186
Legislação.....	187
Índice.....	189



GESTLEGAL

www.gestlegal.pt • editora@gestlegal.pt